

mais complexa do que os longos momentos de transição em que as mais simples coações se aniquilam.

A história e a ciência social assumem as suas atuais formas dominantes no momento do mais completo e inequívoco triunfo da lógica do nosso sistema atual histórico. Elas são filhas da lógica. No entanto, estamos vivendo atualmente no longo momento de transição em que as contradições desse sistema tornaram impossível continuar a ajustar a sua maquinaria. Estamos vivendo num período de verdadeira opção histórica. E esse período é incompreensível na base dos pressupostos desse sistema.

A análise dos sistemas mundiais é uma exortação à construção de uma ciência social histórica que se sinta à vontade com as incertezas da transição, que contribua para a transformação do mundo ao esclarecer as opções sem apelar para a muleta de uma crença no triunfo inevitável do bem. A análise dos sistemas mundiais é uma exortação à abertura das janelas que nos impedem de explorar muitas arenas do mundo real. A análise dos sistemas mundiais não é um paradigma da ciência social histórica. É uma exortação a um debate acerca do paradigma.

ANÁLISE DE CLASSES¹

Ralph Miliband

I

A noção de análise de classes, em sua forma marxista clássica, contém uma ampla pretensão: a de que ela constitui um poderoso princípio organizador da análise social e política e proporciona o melhor método disponível capaz de dar sentido e coerência teóricos e empíricos à vasta acumulação de dados de todos os tipos que compõem o registro histórico e a vida atual da sociedade. Minha intenção neste ensaio é demonstrar que, contrariamente à opinião corrente, e não menos em muitos setores da esquerda, a pretensão é justificada; mas proponho fazê-lo com base numa versão um tanto modificada do "modelo" marxista da análise de classes.

O próprio Marx, cumpre lembrar, advertiu sarcasticamente, numa carta de 1877, contra qualquer tentativa de usar "como uma chave-mestra uma teoria histórico-filosófica geral cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica".² A advertência foi

1 Sou grato a Anthony Giddens por alguns comentários muito pertinentes sobre este ensaio.

2 K. Marx a *Otechestvenniye Zapiski*, novembro de 1877, em Marx e Engels, 1956, p.379.

bem recebida, mas não creio que o tipo de análise de classes aqui proposto caia sob o rótulo “supra-histórico” ou “histórico-filosófico”: pelo contrário, ela está firmemente assentada na realidade histórica e contemporânea.

Engels, por sua vez, escrevendo dois anos após a morte de Marx, proclamava que:

foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer elas se dêem no domínio político, religioso, filosófico ou num outro domínio ideológico qualquer, são de fato a expressão mais ou menos clara das lutas entre classes sociais. (Engels, 1950, p.223)

Essa lei, acrescentava Engels, à típica maneira engelian, teve “para a história o mesmo significado que a lei da transformação da energia teve para a ciência natural”.

A referência a “leis” em relação às coisas humanas (ou, nesse caso, a referência à autoridade de Engels) está atualmente meio fora de moda. A direita alega que qualquer menção a essas “leis” na história ou nas ciências sociais é vista como uma intolerável arrogância doutrinária que aponta diretamente na direção do Arquipélago Gulag; e grande parte da própria esquerda marxista foi acometida por uma grande dúvida acerca de até que ponto o materialismo histórico poderia ser apropriadamente reivindicado como instrumento de análise. Ademais, a análise de classes veio a ser cada vez mais denunciada de dentro da esquerda como um “reducionismo de classes” simplista, totalmente incapaz de explicar aspectos cruciais da realidade social, como o patriarcado, o racismo, o nacionalismo, a construção do Estado, os sistemas comunistas etc. Por razões que serão discutidas mais adiante, creio que essas críticas são equivocadas, e quero reiterar desde já a convicção que inspira este ensaio, ou seja, que a análise de classes, adequadamente entendida, constitui efetivamente um construto teórico de valor incomparável.

II

O ponto de partida da análise de classes no marxismo foi a famosa passagem do *Manifesto Comunista* na qual Marx e Engels

declararam que “a história de toda a sociedade que existiu até agora é a história da luta de classes”.

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, mestre de guilda e artífice – numa palavra, opressor e oprimido – estiveram numa constante oposição um ao outro, travaram uma luta ininterrupta, ora aberta, ora oculta, uma luta que a cada vez terminou ou numa reconstrução revolucionária da sociedade em geral ou na ruína comum das classes em conflito. (Marx & Engels, 1976, p.482)

Nessa concepção, a análise de classes é com efeito uma *análise da luta de classes*: é um modo de análise que procede da crença segundo a qual a luta de classes constituiu o fato crucial da vida social desde o passado remoto até o presente. Ele está primordialmente preocupado com a base e os mecanismos dessa luta, com o caráter dos protagonistas, as formas que a luta assume, as razões das diferenças nessas formas de um período para outro em qualquer sociedade e entre sociedades, os construtos ideológicos sob os quais a luta é travada e outras questões análogas que podem servir para lançar luz sobre diversas facetas da vida e dos processos sociais.

Na visão marxista clássica, os protagonistas da luta de classes são, de um lado, os proprietários dos meios de produção e, do outro, os produtores; esses protagonistas estão engalinhados num conflito que é inerente, “estruturalmente” determinado e implícito em sua respectiva localização no processo de produção. Os proprietários são inelutavelmente levados a tentar extrair a quantidade máxima de mais-valia que é possível extrair dos produtores nas condições históricas dadas, enquanto os produtores são similarmente levados a tentar minimizar essa quantidade e a produzir sob as condições menos onerosas possíveis. A importância decisiva que Marx atribuía a essa relação entre proprietários e produtores para o conjunto da organização e da vida da sociedade está claramente expressa em outra conhecida passagem de *O Capital*:

Em cada caso, é na relação direta dos proprietários dos meios de produção com os produtores imediatos ... que encontramos o segredo mais profundo, a base oculta de todo o edifício social e, portanto, também a forma política da relação entre soberania e dependência. (Marx, 1981, p.927)

Essencialmente, a relação entre proprietários e produtores é uma relação de *exploração*, termo que tem fortíssimas conotações normativas mas que também pode ser usado num sentido técnico para denotar a apropriação da mais-valia e a alocação do produto excedente por pessoas sobre as quais os produtores têm pouco ou nenhum controle, num processo de produção sobre o qual os produtores têm igualmente pouco ou nenhum controle. A exploração não é um desenvolvimento peculiar do capitalismo. Como observou Marx,³

o capital não inventou a mais-valia. Onde quer que uma parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não-livre, deve acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção uma quantidade extra de tempo de trabalho a fim de produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção. (Marx, 1976, p.344)

No entanto, e como o próprio Marx reconhecia, a questão da apropriação e da alocação da mais-valia é muito mais complicada do que essa formulação sugere. Todas as sociedades precisam de se apropriar de uma parte do produto dos produtores para propósitos como a manutenção dos jovens, dos doentes e dos velhos, investimento para nova produção e posterior distribuição, o fornecimento de serviços coletivos etc. Numa sociedade sem classes, todavia, a apropriação ocorreria *apenas* para esses propósitos. Em outras palavras, nenhuma parte do produto seria apropriada em virtude de direitos de propriedade, ou de posição privilegiada, ou sem a livre concordância dos produtores. Em tais circunstâncias, a apropriação da mais-valia e a alocação de parte do produto a beneficiários outros que não os produtores não seria exploração.

³ Marx também observou que "o que distingue as várias formações econômicas da sociedade - a distinção entre, por exemplo, uma sociedade baseada no trabalho escravo e uma sociedade baseada no trabalho assalariado - é a forma pela qual essa mais-valia é em cada caso extorquida do produtor imediato, o trabalhador" (Marx, 1976, p. 325).

III

A ênfase marxista na extração da mais-valia como o aspecto crucial da vida social parece-me inteiramente justificada. O problema, contudo, é que esse foco de análise é por demais estreito e tende a obstruir, ou pelo menos a lançar na sombra, um aspecto correlato do processo de exploração, a saber, a *dominação*. O que pretendo sustentar aqui é que a análise de classes está preocupada basicamente com um processo de dominação e de subordinação de classes, o que constitui uma condição essencial do processo de exploração; ou, para formular a questão em outros termos, a exploração, no sentido em que foi definida aqui, sempre foi o principal objetivo da dominação. Por outro lado, a exploração nesse sentido não é de maneira alguma o *único* objetivo da dominação; o patriarcado, por exemplo, como forma de dominação, propicia aos seus beneficiários vantagens outras que não a extração de mais-valia.

O exemplo do patriarcado sugere a razão para se usar o foco da dominação na análise de classes, já que amplia o marco em que se consideram as relações de classes ou as lutas de classes e, por isso, abarca vários aspectos que o foco exclusivo na exploração tende a obscurecer ou a não levar em conta. Ademais, esse foco ampliado relaciona os fenômenos de exploração com o seu contexto social e político mais amplo e remove dele uma certa estreiteza "econômica" que a ênfase exclusiva na exploração encoraja.

Isso não deve de modo algum ser tomado como uma subestimação da importância da exploração. A exploração é de crucial importância, mas é a dominação que a torna possível. A ênfase na dominação não implica tampouco uma divergência em relação à perspectiva do próprio Marx. Pelo contrário, ela serve para lançar luz sobre o tema que está no cerne do pensamento e empenho de Marx, a necessidade de criar uma "sociedade verdadeiramente humana", onde são abolidas as relações de dominação e de coerção. É essa preocupação com a dominação e com a exploração que torna possível, que inspira cada página de *O Capital*, obra que poderia muito bem ser chamada de um tratado acerca da dominação sob o modo de produção capitalista.

Num trabalho recente, Erik Olin Wright sugere que a ênfase na dominação é de certo modo incompatível com a ênfase na exploração. Refere-se à tendência, nas “conceitualizações neomarxistas de estrutura de classe”, de “substituir a dominação pela exploração” e fala de uma “passagem para um conceito de classes centrado na dominação”; e expressa o temor de que “os conceitos de classes centrados na dominação tendem a resvalar para a abordagem das ‘múltiplas opressões’ para se entender a sociedade ... A classe, portanto, torna-se apenas uma dentre as muitas opressões, sem nenhuma centralidade particular para a análise social e histórica” (Wright, 1985, p.56, 57).

Mas tais conseqüências não se seguem necessariamente da ênfase na dominação, e de certo não se pretende aqui que isso ocorra. A exploração continua sendo o objetivo essencial da dominação. Mas o foco na dominação tem as vantagens acima mencionadas e também permite um exame e uma identificação mais abrangentes e realistas dos protagonistas da luta de classes. Com esse foco, a classe dominante na sociedade de classes deixa de ser definida unicamente em termos da propriedade dos meios de produção. Falando de forma mais apropriada, uma classe dominante em qualquer sociedade de classes é constituída em virtude de seu controle efetivo sobre três fontes principais de dominação: os meios de produção, onde o controle pode envolver (e em geral envolveu) a propriedade desses meios, mas não precisa necessariamente fazê-lo; os meios da administração e coerção do Estado; e os principais meios para estabelecer a comunicação e o consenso.

Cada uma dessas três formas é parte de uma estrutura de dominação. Uma classe que possua ou controle os meios de produção deve também ter uma adequada segurança, pelo menos, com relação à boa vontade e à proteção daqueles que controlam os meios de administração e coerção; e os que controlam o Estado devem ser capazes de confiar na cooperação daqueles que possuem ou controlam os meios de produção. É provável que os principais meios para estabelecer a comunicação e a aprovação decorram do controle dos outros dois meios.

Também nessa instância a ênfase na noção de controle não pretende de modo algum subestimar a importância da propriedade:

obviamente ela continua sendo de fundamental importância na vida da sociedade capitalista, permeia qualquer de seus aspectos e continua sendo a principal fonte de poder administrativo nas empresas capitalistas de médio e pequeno porte. Mas ela não é um pré-requisito essencial para o controle das principais fontes de poder na sociedade capitalista – o poder corporativo e o poder do Estado.

O controle efetivo para fins de exploração é perfeitamente possível sem a propriedade pessoal: embora o clero, na Idade Média, não possuísse as terras que controlava, essa falta de propriedade pessoal não o impediu de extrair a mais-valia dos produtores que estavam sob seu controle. A mesma coisa, no cenário contemporâneo, se aplica aos altos executivos e administradores das grandes corporações, que podem possuir apenas uma pequena parte, ou nenhuma, das firmas por eles dirigidas. O que estava errado na tese da “revolução empresarial” não era o fato de apontar para um processo de “empresarialização” nas empresas capitalistas de grande porte (embora ela exagerasse a rapidez do processo), mas o de atribuir aos altos executivos e administradores objetivos muito diferentes daqueles dos empresários-proprietários e administradores; além disso, os administradores das empresas estatais são perfeitamente capazes de atuar como extratores de mais-valia, mesmo que não detenham nenhuma parte das empresas por eles dirigidas.

O próprio Estado é um extrator maior de mais-valia, tanto como empregador quanto como coletor de impostos; é capaz de envolver-se no processo de extração em virtude de seu controle do poder estatal, sem ter nada a ver com a propriedade pessoal que intervém nesse processo. A tributação sempre foi e continua sendo um aspecto crucial do processo de extração de mais-valia e requer não a propriedade, mas o controle efetivo dos meios de administração e coerção.

IV

Nas condições do capitalismo contemporâneo, o poder econômico – significando, com efeito, o controle do poder corporativo –

e o poder estatal – significando o controle dos meios de administração e coerção do Estado – são institucionalmente separados, conquanto os vínculos entre as duas formas de poder sejam numerosos e estreitos. Em decorrência dessa separação institucional, aquilo que aqui (tomado de empréstimo a C. Wright Mills) será chamado de “elite do poder” das sociedades capitalistas avança-se se compõe de dois elementos. Por um lado, há as pessoas que controlam as poucas centenas de grandes empresas industriais, financeiras e comerciais no setor privado da economia, às quais se pode acrescentar as que controlam as indústrias dos meios de comunicação do setor privado (e que podem, naturalmente, incluir algumas das pessoas que controlam outros setores capitalistas). Por outro lado, há as pessoas que controlam as posições de comando do sistema estatal – presidentes, primeiros-ministros e seus colaboradores imediatos, as pessoas que ocupam altas posições no serviços civil, militar e de polícia, no judiciário e (pelo menos em alguns sistemas, como no norte-americano) no legislativo – e esse elemento inclui também as pessoas que controlam as empresas públicas ou estatais e a mídia no setor público.⁴

Essa elite do poder constitui a camada superior da classe dominante nessas sociedades. A outra, e muito maior, parte dessa classe também apresenta dois elementos distintos: de um lado, as pessoas que possuem e controlam um grande número de firmas de porte médio, formando uma vasta rede de empresas muito diversas cujo porte foi reduzido pelos gigantes corporativos e que não obstante constituem uma parte substancial da atividade capitalista total; do outro, uma ampla classe profissional de homens e mulheres (principalmente homens), composta de advogados, contadores, cientistas, arquitetos, médicos, funcionários civis e militares

4 Em *The Power Elite [A elite do poder]* (1956), Mills descreveu a elite do poder nos Estados Unidos como composta de três diferentes elementos: os “presidentes” das “cento e tantas corporações que, medidas pelas vendas e pelo capital, são as maiores” (p. 126); os “dirigentes políticos” – os detentores dos principais postos de comando” do Estado; e os militares de alta patente. De minha parte, não vejo razão alguma para converter os militares num elemento separado e quase autônomo na elite do poder: seria mais exato vê-los como parte de um sistema de Estado.

de média categoria, professores e administradores veteranos na educação superior, peritos em relações públicas e muitos outros. Eles formam os níveis superiores da parte “credencializada” da estrutura social e muitos são empregados, em tempo integral ou parcial, pelas empresas ou pelo Estado capitalistas ou trabalham sem depender de qualquer um deles.

Juntos, os elementos comerciais ou profissionais dessa parte da classe dominante compõem a burguesia das sociedades capitalistas avançadas da atualidade – que costuma ser equivocadamente chamada de “classe média” ou “classe média alta”. Essa burguesia se distingue da elite do poder em virtude de não ter nada que possa ser chamado de seu poder. No entanto, ela faz parte da classe dominante porque os seus membros exercem um grande poder em termos econômicos, sociais, políticos e culturais, não apenas na sociedade em geral mas também em várias partes do Estado. É entre elas, e na elite do poder, que devem ser encontradas as pessoas que detêm uma parte muito desproporcional de riqueza pessoal, e é a classe dominante como um todo que está nos níveis altos e superiores da escala de renda. É também principalmente nas fileiras da burguesia que se recrutam os membros da elite do poder, e é às suas fileiras que retornam os membros da elite do poder que deixaram, por razões de idade ou de rebaixamento, de fazer parte dela.

Obviamente, a classe dominante está longe de ser homogênea: mas nenhuma classe o é. Existem importantes diferenças e conflitos a serem encontrados não somente entre interesses capitalistas e o Estado, mas também dentro deles. A classe capitalista compreende diferentes, e por vezes conflituosos, agrupamentos e “frações”. Divergências e choques muito pronunciados ocorrem constantemente entre diferentes segmentos do sistema estatal: funcionários civis de alto nível e seus “patrões” políticos, os militares e o governo, o judiciário ou o legislativo e o executivo, o governo central e o governo subcentral. Pelo menos esse é o caso nos regimes democrático-capitalistas que neste século têm sido característicos das sociedades capitalistas mais adiantadas. Tais conflitos são escondidos da luz do dia nos regimes autoritários, mas não obstante eles perduram nesses regimes.

Além disso, apesar das diferenças e dos conflitos que permeiam a classe dominante, em geral elas permanecem suficientemente coesas para assegurar que seus objetivos comuns sejam eficazmente defendidos e propostos. Isso vale particularmente para a elite do poder; existem mais "traidores da classe" na burguesia, embora continuem sendo uma minoria relativamente pequena. Muitas das diferenças na elite do poder são pouco mais do que espuma da política: novas hoje, ultrapassadas amanhã, e devem grande parte de sua breve notoriedade aos "comentaristas" em busca de sensacionalismo. Outras diferenças podem ser mais sérias e envolvem importantes opções políticas. Mas todas essas diferenças e todos esses conflitos tornam-se relativamente insignificantes quando comparados com as vastas e cruciais áreas de concordância entre a maioria dos membros das classes dominantes. Porque, embora possam divergir muito em relação àquilo que desejam precisamente, tais pessoas concordam firmemente quanto àquilo que não desejam e isso abrange algo que lhes poderia parecer uma ameaça à estrutura de poder, privilégio e propriedade de que são os principais beneficiários. A elite do poder e a vasta maioria da burguesia dos países capitalistas avançados (assim como, na verdade, de todos os outros países capitalistas, seja qual for o seu estágio de desenvolvimento) são unânimes a esse respeito, para não dizer nada de sua oposição ao "comunismo", termo que recebeu um grau de elasticidade suficiente para cobrir qualquer desafio odioso.

Tampouco, pode-se acrescentar, o alto grau de congruência ideológica e política que caracteriza as classes dominantes nos países capitalistas adiantados foi muito afetado pela chegada ao sistema dos governos social-democráticos. Tais intrusões podem causar tensão e dificuldades, mas nunca enfraqueceram a parceria (com a exceção do Chile) entre poder corporativo e poder estatal.⁵ A razão disso é muito simples, a saber, que os governos social-democráticos sempre têm estado preparados para desistir de seus objetivos e políticas e acomodar-se ao poder corporativo. Se um

⁵ Para uma discussão da noção de "parceria" nesse contexto, ver Miliband, 1983, 1985.

governo socialista for eleito e insistir em realizar as transformações fundamentais na estrutura da riqueza e do poder nas quais está empenhado, ele verá a parceria dissolvida e substituída por uma hostilidade e uma oposição implacáveis, e terá de forjar uma nova parceria, dessa vez com a classe subordinada. O texto desse "roteiro" até agora não foi escrito: o próprio "roteiro" pertence aos anos 90 e possivelmente para além deles.

Seja como for, a classe dominante constitui uma das duas classes principais, "fundamentais", que a análise de classes precisa levar em conta. A outra é a classe subordinada da sociedade capitalista, que compreende uma vasta maioria de sua população e cuja maior parte se compõe, pelo menos nas condições do capitalismo adiantado, dos trabalhadores e seus dependentes - a "classe trabalhadora", propriamente falando, uma classe extremamente variada, diversa, dividida com base na ocupação, habilidade, gênero, raça, etnicidade, religião, ideologia etc.

Tais divisões são evidentemente de grande importância política e têm um peso muito grande na história das sociedades capitalistas, sem falar nos movimentos trabalhistas; tornaremos a falar disso neste mesmo capítulo. Mas o que precisa ser entendido é que a noção atualmente em voga de que a "classe trabalhadora" está diminuindo repousa sobre um equívoco quanto ao significado do termo. O componente industrial, manufatureiro, da classe operária está de fato diminuindo, mas a classe operária como um todo, as pessoas cuja *fonte de renda* exclusiva é a venda da sua força de trabalho (ou que dependem sobretudo da folha de pagamentos do Estado), cujo *nível de renda* situa-os nos "grupos de renda" baixa ou inferiores, cujo *poder e responsabilidade individual no trabalho e fora dele* é baixo ou virtualmente inexistente - essa classe de pessoas tem aumentado, e não diminuído, com o passar dos anos. A classe trabalhadora, nesse sentido, compõe-se de operários e de funcionários de escritório e seus dependentes e de uma variedade de homens e mulheres dedicados a ocupações voltadas para os serviços e distribuição. Qualquer que seja a consciência que possam ter ou não ter de seu *status* de "proletário", eles constituem uma ampla maioria da população.

A classe dominante e a classe trabalhadora representam respectivamente o vértice e a base da pirâmide característicos da estrutura social das sociedades capitalistas avançadas. Entre ambos deve-se encontrar também uma pequena burguesia substancial, e essa classe compõe-se igualmente de dois diferentes elementos ou subclasses; primeiro, um conjunto desigual de pequenos negociantes, lojistas, comerciantes e artesãos autônomos que são os peixes miúdos da empresa capitalista; e, segundo, uma grande e sempre crescente subclasse de homens e mulheres semiprofissionais, supervisores contratados como funcionários assalariados nas empresas capitalistas ou nas agências administrativas, de previdência social, de controle, de coerção e de serviço do Estado – assistentes sociais, funcionários governamentais locais etc. Embora num nível da pirâmide social diferente do da classe trabalhadora, tais pessoas são também, na verdade, parte da população subordinada das sociedades capitalistas adiantadas. Isso não significa que eles, tanto quanto a classe trabalhadora, sejam politicamente sem importância; significa apenas que o montante de poder e responsabilidade *individuais* de que dispõem é muito limitado. E o fato de serem parte da população subordinada tampouco significa que eles sejam necessariamente *conscientes* de sua posição subordinada. A noção de consciência suscita questões totalmente diversas em relação ao problema de sua posição “objetiva” na sociedade. Tudo o que se deve dizer sobre isso aqui é que a pequena burguesia envolvida nas empresas de pequeno porte tem sido, falando de um modo geral, de uma tendência direitista muito pronunciada, enquanto a pequena burguesia subprofissional e supervisora tem constituído uma nova “aristocracia do trabalho”, cuja parte substancial de seus membros exibe tendência esquerdista.

Para completar o quadro, deve-se mencionar uma “subclasse” que está bem na base da pirâmide, oriunda da classe trabalhadora e que sob certos aspectos ainda faz parte dessa classe, embora também se distinga dela: os desempregados mais ou menos permanentes, os membros da classe trabalhadora idosos, cronicamente enfermos ou inválidos e os que são incapazes, por outras razões, de encontrar o seu espaço no “mercado de trabalho”.

Evidentemente, as pessoas localizadas em diferentes pontos da pirâmide não são totalmente imóveis: há um certo movimento, muito limitado, para cima, e um certo movimento para baixo, e os diferentes níveis da pirâmide não são separados por linhas divisórias rígidas. Mas nem a mobilidade social nem as fronteiras indistintas mudam o fato de que a pirâmide é uma dura, sólida realidade e de que as diferenças entre a classe situada nos níveis superiores da pirâmide e as classes situadas nos níveis inferiores são de fato muito grandes em termos de riqueza, renda, poder, responsabilidade, estilo e qualidade de vida e tudo o mais que compõe a textura da existência. Isso pode ser deplorado, ou louvado, ou declarado lamentável mas inevitável, ou visto de outro modo qualquer. O que não se pode ou não se deve fazer é ignorar a existência de tais divisões e a importância crucial que elas têm para a vida da sociedade onde ocorrem.

V

Em face da estrutura e do modo de produção sociais das sociedades capitalistas adiantadas, as tarefas da análise de classes são bastante simples. Primeiro, a análise de classes envolve a identificação minuciosa das classes e subclasses que compõem essas sociedades – em outras palavras, o desenho de um “mapa social” que seja o mais pormenorizado e preciso possível e inclua as numerosas complexidades que envolvem a natureza da classe. Segundo, a análise de classes deve demonstrar as estruturas e os mecanismos exatos de dominação e exploração nessas sociedades e as diferentes maneiras pelas quais a mais-valia se extrai, apropria-se e aloca-se. Terceiro, e de maneira correlata, a análise de classes deve estar preocupada com o conflito entre classes, sobretudo entre o capital e o Estado, de um lado, e o trabalho, do outro, embora se deva também prestar atenção às pressões exercidas sobre outras classes e agrupamentos, como, por exemplo, os diferentes setores da pequena burguesia ou os movimentos sociais com suas queixas e reivindicações específicas.

As lutas com as quais a análise de classes está preocupada assumem uma multiplicidade de formas e expressões, mas pode-se

situá-las em duas categorias gerais. De um lado, a classe dominante procura naturalmente, acima de qualquer outra coisa, defender, manter e fortalecer a ordem social, e o faz (com a maior convicção e sinceridade) em nome do interesse nacional, da liberdade, da democracia ou do que quer que seja. Essa classe dominante é o que se pode adequadamente (e de fato literalmente) chamar de a principal classe conservadora da sociedade, o que obviamente não significa que outras classes não podem ser conservadoras ou não podem incluir muitas pessoas devotadas à causa conservadora. Do outro lado, a classe subordinada, ou pelo menos a minoria ativista dentro dela (importante distinção), está envolvida num processo permanente de pressão de baixo para cima que toma sempre uma dentre duas formas. É exercida *ou* para modificar ou melhorar as condições nas quais a subordinação é vivenciada *ou* para erradicar por completo a subordinação. A primeira está preocupada sobretudo com melhorias e reformas, locais e nacionais, grandes ou pequenas, dentro da estrutura do capitalismo, e não procura ir além dessa estrutura. Já a segunda procura ultrapassar essa mesma estrutura e é, nesse sentido, uma empresa revolucionária. Os movimentos operários dos países capitalistas avançados têm procurado em sua maioria exercer a primeira dessas duas formas de pressão. É igualmente possível considerar formas de pressão que, embora de caráter “reformista”, têm objetivos revolucionários na medida em que as reformas são buscadas para realizar no devido tempo a transformação fundamental – “revolucionária” – da ordem social. Esse tipo de “reformismo revolucionário” foi teoricamente o caminho traçado pela social-democracia europeia antes de 1914, mas não é o caminho que posteriormente veio a ser seguido.⁶

É evidente que a classe dominante e seus aliados não sejam conservadores no sentido de sempre rejeitarem toda e qualquer reforma. Seu objetivo é defender e fortalecer a ordem social existente, e isso pode muito bem envolver a aceitação da reforma como o preço a ser pago para a contenção e a sujeição da pressão de baixo para cima, onde outras classes e subclasses podem, em

⁶ Sobre isso, ver, por exemplo, Liebman, 1986.

todo caso, ter fortes disposições conservadoras. No entanto, a luta de classes e a pressão de baixo para cima têm sido – e, razoavelmente, se deve esperar que sejam – destinadas a alcançar objetivos conservadores e a derrotar os objetivos autoconservadores; e enquanto isso se deve esperar razoavelmente que a pressão vinda de baixo tenha como objetivo a consecução de mudança nas maneiras anteriormente sugeridas. É a oposição e a luta geradas por esses objetivos contraditórios que constitui o fato crucial da vida social.

Esse é o marco de referência básico da análise de classes, e nesse ponto ela pode ser útil para indicar aquilo que, na análise de classes, é necessariamente acarretado pela “pressão de cima para baixo” e pela “pressão de baixo para cima”. Obviamente, ambas estão entrelaçadas e reagem constantemente uma à outra, mas apesar disso cada qual tem seus próprios e diferentes campos de interesse e ação.

Para começar com a pressão vinda de cima, a análise de classes está preocupada com os modos pelos quais é empreendida a luta pela “hegemonia”, pelos “corações e mentes” das populações subordinadas; ou, para dizê-lo de maneira um pouco diferente, com os modos pelos quais ocorre a “socialização” ideológica e política das populações subordinadas no sistema social existente. Um amplo espectro de pessoas e instituições desempenha um papel nesse processo: os jornais e outras publicações, o rádio, a televisão, o cinema e o teatro, igrejas, partidos, associações e *lobbies*, escolas, intelectuais e outros “administradores da aprovação” e, não menos importante, o Estado – em suma, tudo o que no sistema social dá uma contribuição, grande ou pequena, para o fortalecimento da ordem social e a contenção ou a derrota das forças “contra-hegemônicas” que um sistema de dominação e exploração necessariamente engendra.

Outra área de investigação óbvia para a análise de classes são as maneiras pelas quais as classes dominantes procuram usar o sistema político para seus próprios fins. A mais importante dessas instituições é o Estado, visto que ele desempenha um papel único e indispensável na defesa e no fortalecimento da ordem social; nenhuma outra instituição é capaz de intervir com a mesma eficácia na vida social. Por mais “não-intervencionista” que o

Estado possa querer ser na vida econômica, ainda assim ele desempenha um papel crucial nesse âmbito, quando mais não seja para atenuar os custos sociais da empresa capitalista, que está na natureza de tal empresa ignorar. O Estado é, também, em última análise, responsável pela previdência social e pelos serviços coletivos que, não importa o que se pretenda alcançar por meio deles, servem também para assegurar a manutenção e a reprodução de uma força de trabalho eficiente, por um lado, e a atenuação das queixas e das pressões vindas de cima, por outro. O Estado está agora profundamente envolvido na propaganda, na doutrinação e na “engenharia de consenso” e, isto é decisivo, também está encarregado do imenso aparato de coerção e repressão que está inevitavelmente operando na sociedade de classes.

A análise de classes fornece uma explicação da ação do estado nesses âmbitos em termos do papel que o Estado procura desempenhar na manutenção da ordem social, que, obviamente, significa a manutenção de uma ordem social baseada na dominação e na exploração de classe. É também nesses termos que a análise de classes explica um fenômeno que constitui um dos aspectos mais notáveis no desenvolvimento do capitalismo no século XX, o crescimento do “estatismo”, isto é, a constante expansão do poder do Estado, a “estatização” da sociedade. Isso costuma ser atribuído, segundo Weber, a alguma tendência de base tecnológica para a “burocratização” na sociedade “moderna”, mas a “estatização” que vem ocorrendo nas sociedades capitalistas avançadas é mais bem explicada à luz das relações de classes e do envolvimento do Estado na manutenção e na defesa dos sistemas de classes dados.

Também vale a pena sublinhar que as tentativas conservadoras nos anos mais recentes, tais como o “thatcherismo” ou o “reaganismo”, de “fazer retroceder o Estado”, estão voltadas apenas para um tipo particular de “estatismo”, a saber, a empresa pública, a regulamentação da empresa privada e os serviços de previdência social. “Fazer retroceder o Estado” nessas áreas é mais bem visto como uma forma de luta de classes de cima para baixo, com a finalidade de ajudar a empresa capitalista e, por meio da erosão dos serviços de previdência social, de diminuir a independência e a flexibilidade da classe trabalhadora. Tampouco, em

nenhum caso, essas políticas conseguem reduzir o papel vital que o Estado desempenha na vida econômica por intermédio de suas políticas fiscais e das várias ações que ele empreende em favor da empresa capitalista. O “thatcherismo” e o “reaganismo”, longe de debilitar, fortalecem numerosas facetas do “estatismo”, sobretudo as funções repressivas de fiscalização e controle do Estado e a inflação do poder estatal em detrimento dos direitos civis. A análise de classes também aqui é um instrumento indispensável para a adequada compreensão dessa versão de conservadorismo numa época de crise capitalista mais ou menos permanente.

A análise de classes está também fortemente preocupada com a crucial e incessante luta empreendida de cima para baixo com o objetivo de impor aos produtores as disciplinas que tornam possível a extração da mais-valia, processo que ocorre no ponto de produção e no local de trabalho, mas que depende também de toda uma série de condições sociais e políticas. Esta inclui um certo grau de controle “hegemônico”, uma imposição adequada de autoridade administrativa, ela própria respaldada pelo poder repressivo do Estado, a divisão e a fragmentação nas fileiras dos produtores e, não menos importante, os arranjos domésticos por meio da força de trabalho doméstica não-assalariada que atende às necessidades essenciais fora do trabalho e que possibilita aos produtores cumprir suas tarefas no trabalho.

Em relação à luta de classes e à pressão de baixo para cima, devemos retornar antes de mais nada à distinção que se fez mais acima entre lutas pela modificação e melhoria das condições em que a subordinação e a exploração são vivenciadas e a luta pela abolição total da subordinação. Marx acreditava que a classe trabalhadora deve inevitavelmente (e num futuro não muito distante) ser levada a adotar a segunda dessas alternativas. Ele estava evidentemente errado, mas continua sendo um ponto controverso se ele estava absolutamente errado ou só o estava no cálculo da duração do processo. Em todo caso, nos últimos cem anos, período que abrange aproximadamente a existência do movimento trabalhista moderno, essa pressão tem sido de caráter preeminente “reformista”.

Isso não significa que se esteja subestimando a intensidade das lutas, mesmo que para fins “sindicalistas” e objetivos muito limitados, ou negligenciar o fato de grandes partes da classe trabalhadora dos países capitalistas adiantados terem freqüentemente votado, em particular a partir da Segunda Guerra Mundial, por partidos empenhados em provocar uma transformação total dessas sociedades, ainda que dentro da estrutura constitucional e legal vigente. Tampouco significa ignorar as não raras ocasiões nas quais, em períodos de grande tensão e crise, os movimentos da classe trabalhadora ou de setores da classe trabalhadora assumiram um caráter quase revolucionário ou revolucionário, como logo depois da Primeira Guerra Mundial ou na Resistência européia durante a Segunda Guerra Mundial. No entanto, depois de devidamente feitas todas essas ressalvas, o fato é que as formações revolucionárias têm sido, em sua maioria, empurradas para a periferia das políticas da classe trabalhadora.

Nesses países, as organizações do movimento trabalhista, os sindicatos e os partidos políticos têm dominado o cenário, e têm sido explícita e intensamente “reformistas” - e mesmo isso pode ser um tanto exagerado, em virtude do forte aspecto transformativo que existe no “reformismo”. O que a pressão de baixo para cima, a intensa luta de classes e a ameaça de luta de classes realizaram por intermédio da reforma serviu indubitavelmente para atenuar a rudeza da dominação e da exploração de classe para muitas partes da população subordinada, em especial para a força de trabalho organizada; e isso tem servido à população subordinada como um todo, por via da extensão dos serviços coletivos e de bem-estar social, dos direitos cívicos e políticos (na forma de exercício do poder no trabalho e em outros lugares). Mas acontece também que a estrutura da propriedade, do privilégio e do poder nessas sociedades permaneceu relativamente livre de ser assaltada pela força de trabalho e, também, que as pressões exercidas de baixo para cima contra essas estruturas não têm sido tão fortes quanto Marx e os marxistas subsequêntes confiaram que ocorresse.

As razões disso são de crucial interesse para a análise de classes. Até aqui, os marxistas tenderam a explicar o fenômeno invocando toda uma série de fatores: crescimento econômico, a própria

reforma, as migalhas do imperialismo, o impacto da “aristocracia do trabalho” sobre o movimento operário, divisões na classe operária exacerbadas pelo capital e pelo Estado, o peso da tradição, a manipulação ideológica, a falsa consciência, as ações dos líderes trabalhistas e assim por diante. Mas por mais importante que qualquer um desses fatores possa ser eles precisariam ser suplementados por outro, de muita importância; a saber, a influência da democracia capitalista sobre os movimentos trabalhistas. Porque a democracia capitalista, nos últimos cem anos ou aproximadamente, nos quais ela se desenvolveu nos países capitalistas avançados, revelou-se um sistema extraordinariamente flexível, resistente e com poder de absorção, e desempenhou um papel fundamental na contenção e neutralização da pressão de baixo para cima. Por si só, a existência da democracia capitalista assegurou que a maioria daqueles que tentavam exercer a pressão de baixo para cima não acreditavam que para alcançar os seus objetivos tinham de visar mais longe do que o sistema constitucional e político. A questão aqui não é se eles estavam certos ou errados: os limites da democracia capitalista em termos de reforma radical são muito mais severos do que se esteve disposto a admitir. Mas, seja como for, as disposições “reformistas” na classe trabalhadora e no movimento trabalhista dos países capitalistas avançados, não obstante todas as derrelições, insuficiências e crises que marcaram a história do capitalismo avançado, devem, com toda a certeza, ser atribuídas a um sistema político considerado capaz de propiciar remédio e reforma. Nada poderia ter sido mais importante no sentido de ajudar a confinar a pressão de baixo para cima em canais controláveis e assegurar “a rotinização” e a redução do conflito.⁷

A democracia capitalista, nesse contexto, tem dado todo o seu peso à influência exercida pelos líderes trabalhistas “reformistas”. Porque a estrutura da democracia capitalista acentua ao extremo o papel desses líderes como advogados da “moderação”, do gradualismo, da conciliação e do compromisso; aos olhos de seus membros e adeptos, isto outorga maior plausibilidade à sua abor-

⁷ Tentei mostrar isso com relação à Grã-Bretanha em *Capitalist Democracy in Britain* [Democracia capitalista na Grã-Bretanha] (Miliband, 1982).

dagem. As organizações que esses líderes controlam tornam-se impregnadas de considerável ambigüidade: por um lado, são instrumentos de mobilização, “agregando” e “articulando” queixas e demandas; por outro lado, entretanto, elas também se convertem em instrumentos desmobilizadores, preocupados em conter e mesmo em reduzir a pressão de baixo para cima e em combater a influência de seus membros militantes e radicais. Dessa perspectiva, e não importa como ele seja julgado, não pode ser superestimado o papel que aqueles que estão efetivamente encarregados dessas organizações têm tido ao promover e encorajar as propensões “reformistas” dos movimentos trabalhistas, e em conter a influência da esquerda revolucionária.

Já afirmei que a análise de classes torna possível uma explicação racional e coerente da luta de classes tal como ela é conduzida tanto de cima como de baixo. Dado o papel crucial que a luta de classes desempenha na vida da sociedade de classes, isto significa que a análise de classes pode fornecer uma explicação racional e coerente da dinâmica geral da vida social. Fornece também um critério fundamental e essencial para avaliar a função que os indivíduos, as instituições e os construtos ideológicos dos mais variados tipos desempenham nas relações de classes e na luta de classes. Os indivíduos, as instituições e os construtos ideológicos são afetados pelo seu contexto social em maior ou menor grau, e o “contexto social” deve ser visto como tendo por principal ingrediente o estado das relações de classes. Mas os indivíduos, as instituições e os construtos ideológicos não são apenas afetados pelo seu contexto social: eles também o afetam em graus diferentes. A pergunta formulada pela análise de classes é: Que papel ou lugar têm as pessoas, as instituições e as idéias nas relações de classes e na luta de classes? Essa não é a *única* pergunta que se pode formular sobre eles, mas é, não obstante, uma pergunta importante, cuja resposta permite esclarecer sua natureza e função nas sociedades de classes. A resposta, como no caso das organizações de trabalho, pode ser mais ambígua do que direta, mas isso também é revelador. Pode também acontecer que a pergunta seja irrelevante e não admita nenhuma resposta: *existem* manifestações de vida em sociedade, quer se expressem nas instituições ou nas produções

intelectuais, as quais não faz sentido dizer que tenham influência sobre as relações de classes, muito embora sejam elas próprias afetadas pelo seu contexto social. A experiência dos regimes comunistas, com os sistemas partidários monopolistas que procuram abarcar e controlar todas as manifestações da vida social e suprimir aqueles que se supõe estarem do lado errado na luta de classes, mostra muito bem quão impregnada de implicações a pergunta pode ser. Mas isso não é uma razão suficiente para não formulá-la, porque não perguntar é refugir a um aspecto essencial da análise social. Aquilo que se faz da resposta não é determinado pela natureza da pergunta.

VI

Até aqui me referi à análise de classes num contexto estritamente nacional. Mas ela é um modo de análise tão relevante para o contexto internacional das sociedades como para o contexto nacional.

Em primeiro lugar, deve-se observar que a “internacionalização” cada vez maior das economias do mundo capitalista não altera o fato de que em cada país capitalista as classes dominantes permanecem existindo. Esse fato tampouco é alterado pela emergência de vastos e poderosos conglomerados “multinacionais”. Essas gigantescas corporações são “multinacionais” no sentido de que suas operações se estendem a muito países, mas elas constituem, em essência, firmas *nacionais* (principalmente norte-americanas, seguidas pelas inglesas, canadenses, francesas, alemãs, japonesas, holandesas e uma ou duas que ficam bem mais atrás) controladas por pessoas que fazem parte da classe dominante de sua própria sociedade. A “internacionalização” do capital deve, obviamente, afetar os modos pelos quais o capital e o Estado operam em cada país separado, mas o que eles fazem no âmbito internacional é precisamente ditado pelos mesmos objetivos que os movem em relação aos assuntos internos: a defesa de um “interesse nacional”, naturalmente concebido em termos que a tornam sinônimo dos interesses da classe dominante. No entanto, esses interesses têm, no século XX, adquirido um alcance global mais pronunciado,

não só pela internacionalização do capital mas também em bases políticas mais profundas, ligadas à emergência do “comunismo” na cena mundial desde a época da Revolução Bolchevique.

Nessa perspectiva, a análise de classes envolve o mapeamento das relações internacionais a partir de 1917 em termos da dupla preocupação das classes dominantes nos países capitalistas avançados: primeiro, defender o “interesse nacional” contra todos os demais Estados capitalistas e, segundo, impedir a difusão do “comunismo” em qualquer lugar no mundo. Foram essas preocupações, e principalmente a última, que moldaram decisivamente o caráter e a substância das relações internacionais nos anos situados entre as duas guerras mundiais, e a luta contra o “comunismo” foi até mais decisiva na configuração das relações internacionais a partir de 1945.

Nessa luta, as potências ocidentais defrontaram-se com a União Soviética na medida em que esta, para seus próprios fins, forneceu ajuda a movimentos ou regimes revolucionários; desse modo se fez com que a luta parecesse desenrolar-se basicamente entre Estados, cada qual buscando o seu próprio “interesse nacional”. Mas isso não passa de mera aparência: a origem da luta e sua dinâmica interna são derivadas da determinação dos países capitalistas avançados, sob a liderança dos Estados Unidos, de travar uma luta global, por meios econômicos, políticos, ideológicos e militares, contra todos os movimentos que tendem à mudança revolucionária ou à reforma radical. Nessa visão, as relações internacionais a partir de 1917, e particularmente a partir de 1945, foram moldadas pela luta de classes numa escala mundial. É uma perspectiva que fornece uma explicação mais razoável e coerente das relações internacionais no século XX do que as explicações alternativas baseadas nas concepções tradicionais do conflito entre Estados ou na “loucura” ou irracionalidade dos detentores do poder.

VII

Até que ponto a análise de classes é pertinente – se é que o é – para os regimes comunistas? A pergunta surge porque todas as

sociedades orientadas por esses regimes passaram por uma transformação revolucionária no seu sistema de poder, propriedade e privilégios, e, em consequência disso, toda a sua estrutura de classes mudou radicalmente. O que está em questão é que tipo de estrutura social foi construído sobre as ruínas da anterior e se essa estrutura é suscetível a uma análise de classes.

Uma resposta a essa questão deve começar com o fato de que existe efetivamente uma classe ou estrato dominante em todas essas sociedades. Não me parece ser muito importante se o termo “classe” ou “estrato” é usado para denotar as pessoas em questão, apesar da truculência das controvérsias que grassaram em torno desses termos.⁸ O ponto importante é o fato da dominação, exercida em virtude do controle dos meios de produção, dos meios de administração e coerção e dos meios de comunicação investidos num número relativamente pequeno de pessoas no partido (monopolistas) e no Estado. Aqui também é necessário distinguir entre uma elite do poder, formada pelos detentores das principais posições no partido e no Estado (ou, mais precisamente, no partido-Estado) e o resto da classe dominante que exercida, em última análise, pela liderança do partido-Estado, ocupa posições de alta responsabilidade no partido, no Estado e na sociedade em geral.

Uma diferença fundamental entre os regimes comunistas e os regimes capitalistas é que o pertencimento à elite do poder está unicamente determinado pela posição nas esferas mais altas do partido e do Estado – sem que influa nisto nenhum elemento de

⁸ A insistência, especialmente da parte de Trotsky e dos trotskistas subsequentes, em que os detentores das posições de controle na União Soviética não eram uma classe dominante mas um estrato dominante, deriva largamente do fato de seu poder e posição não serem baseados em sua posse da propriedade e do capital e eles não poderem perpetuar-se como uma classe ao legar essa propriedade e esse capital aos seus descendentes. Isso pareceria conceber o que constitui uma classe dominante em termos “econômicas” demasiado estreitamente. Embora seja verdade que não poder legar a propriedade e o capital aos descendentes constitua um fator importante, existem outras vantagens que podem ser conferidas sobre elas de modo a lhes dar uma oportunidade muito boa de permanecer nos níveis superiores da pirâmide social. A diferença ainda é real, mas não de tal magnitude que desautorize o uso do termo *classe*.

propriedade ou de controle capitalista. Quanto ao resto da classe dominante, sua composição é determinada sobretudo pelas funções exercidas por seus membros. Aqui a classe média capitalista das sociedades capitalistas não existe. Ela pode vir a ser reconstituída num ou noutro país comunista – por exemplo, a China –, mas em nenhum país comunista ela existe efetivamente como uma classe. O pequeno comércio ou a agricultura privada em pequena escala existem, mas a “pequena burguesia” dessas sociedades é esmagadoramente composta pelo mesmo tipo de pessoas que se pode encontrar também na parte não-empresarial da pequena burguesia das sociedades capitalistas avançadas, as pessoas que exercem funções subadministrativas, de supervisão ou de controle nas esferas inferiores da sociedade e do Estado. Finalmente, há a vasta maioria da população, formando a classe subordinada dos operários e dos camponeses, cujo poder, responsabilidade e influência individuais em todos os níveis são extremamente limitados e cujo “input” [“participação”] no processo de tomada de decisões, conquanto muito maior do que afirma a propaganda inimiga, é também limitado e cuidadosamente controlado.

A análise de classes é tão pertinente para esse tipo de estrutura social e política quanto o é para qualquer outro. Ela está preocupada com a natureza e a composição das diferentes classes na sociedade (não importa como essas classes possam ser chamadas); com os mecanismos pelos quais a mais-valia é extraída e alocada; e com as lutas geradas pelo sistema. Isso não quer dizer que as perguntas, e muito menos as respostas, devam ser formuladas nos mesmos termos que no caso das sociedades capitalistas, mas sim que tais perguntas são eminentemente aplicáveis às sociedades comunistas e que formulá-las e responder a elas é indispensável para a compreensão dessas sociedades.

Os objetivos a que a extração de mais-valia pretende servir nos regimes comunistas são decisivamente influenciados pela ausência de uma classe capitalista (e proprietária) em suas estruturas sociais e políticas. Pois isso significa que os que detêm o controle do partido e do Estado têm uma liberdade de ação na tomada de decisões econômicas que é totalmente negada às suas contrapartes nos países capitalistas; liberdade que, pela natureza do próprio

sistema político, é muito mais acentuada em todos os outros domínios (incluindo o processo de produção).

Quanto aos objetivos da extração da mais-valia, não há dúvida que as pessoas que estão situadas nos níveis superiores da pirâmide social procuram apropriar-se de uma parte da mais-valia de maneira compatível com as suas expectativas no contexto histórico e social dado. Mas aquilo de que elas se apropriam, por mais notável que seja em comparação com o que é disponível para a massa da população, constitui uma parte muito pequena, ou mesmo insignificante, do produto total. O importante é que os detentores do poder podem decidir os objetivos gerais aos quais deve ser destinado o total da mais-valia; e que podem fazê-lo sem referendar-se os objetivos, necessidades e desejos de uma classe proprietária capitalista ou, no caso, com quem quer que seja. Sem dúvida, os detentores do poder tomam efetivamente nota das queixas, desejos e demandas de diferentes partes da população, tal como refletido em diferentes instrumentos, como a imprensa, os sindicatos e acima de tudo o partido. Mas, em grande medida eles fazem o que querem em relação às queixas, desejos e demandas que chegam até eles: nestes regimes, o Estado ou, talvez mais precisamente, os líderes do partido têm um grau muito elevado de autonomia.

Essa autonomia é usada, acima de tudo, com o objetivo naturalmente supremo de todas as classes dominantes em qualquer lugar: a defesa e o fortalecimento da ordem social sobre a qual eles detêm o controle. E, em condições de subdesenvolvimento exacerbado pela devastação devida à intervenção estrangeira e à guerra civil, os detentores do poder aplicam sobre a população subordinada uma “pressão de cima para baixo” ainda maior para a consecução de suas metas. Em alguns exemplos notáveis, como o governo de Stalin na União Soviética nas décadas de 1920 e 1930, isso equivaleu à “revolução de cima para baixo”, com extrema violência exercida pelo Estado contra os camponeses, os trabalhadores e a sociedade em geral. Essa é uma versão diferente da luta de classes em relação à que se encontra nas sociedades capitalistas, e se ela deve ser rotulada assim é uma questão que permanece em aberto. Mas o processo envolve, não obstante, uma pressão

substancial sobre a população subordinada, usualmente acompanhada por um considerável grau de coerção do Estado. Como objetivo dessa pressão, é sempre alegado o benefício último da própria população, o que em muitos casos é indubitavelmente verdadeiro. Mas isso obviamente não oblitera o fato de que é uma pressão exercida e imposta sobre uma população que não tem grande participação nas decisões que se tomam em seu nome.

Quanto às pressões de baixo para cima nesses regimes, seus alvos não são difíceis de identificar: eles se referem a questões de salários, horas e condições de trabalho e às "relações de produção" que governam o processo produtivo; à disponibilidade, custo e qualidade dos bens de consumo e aos serviços coletivos e de previdência social; à burocracia, à corrupção e ao nepotismo, e à maneira pela qual o poder é exercido em todos os níveis; às queixas e demandas das minorias étnicas, religiosas, políticas e outras; e à infinidade de outras questões de política interna e internacional que podem tornar-se temas de controvérsia, dissensão e desafio.

A pergunta que a análise de classes formula a esse respeito relaciona-se tanto à natureza das questões na contenção quanto à maneira pela qual os conflitos são resolvidos ou atenuados nesses sistemas. Uma outra questão aqui levantada pela análise de classes assemelha-se à levantada com relação aos países capitalistas, muito embora a resposta a ela seja provavelmente diferente: Em tais sistemas, quais são os limites da reforma, se alguma houver, e quem tem mais probabilidade de ser o principal protagonista da reforma? Uma das características mais promissoras desses regimes, pelo menos numa perspectiva socialista, é que a pressão em prol da reforma não vem apenas de baixo, mas é também engendrada de cima para baixo. Até onde e em que direções vão ambos os conjuntos de pressão é uma questão que está fadada a ter um impacto maior sobre o futuro do socialismo, não somente nos países envolvidos mas muito além deles.

VIII

Alguma coisa também deve ser dita aqui sobre o desafio que foi colocado para a análise de classes pelas feministas, pelos membros

de minorias raciais ou étnicas e outras, segundo os quais a análise de classes é incapaz de explicar o machismo, o racismo, o nacionalismo e outros fenômenos semelhantes, e de que ela é irrelevante – na verdade, um obstáculo – para a compreensão de temas correlatos de importância crucial para esses grupos.

Essas críticas parecem-me equivocadas sob vários aspectos. Existe, para começar, o fato muito óbvio mas freqüentemente subestimado de que as mulheres, os negros e os membros de outras minorias são também membros de uma classe e estão inevitavelmente situados em algum ponto da estrutura social de suas sociedades. As mulheres, nessa visão, são parte da classe proletária, como trabalhadoras ou como esposas de trabalhadores, ou naturalmente como ambas as coisas; ou são membros da classe dominante, também em virtude de suas profissões ou posição no mundo dos negócios, ou pelo casamento. De um modo ou de outro, o mesmo vale também para os negros e quaisquer outros grupos relevantes na sociedade.

É perfeitamente legítimo para as mulheres, os negros e outros dizer e sentir com grande intensidade que eles são, *acima de tudo*, mulheres, negros ou o que quer que seja, e que isso, mais do que qualquer coisa, é o que lhes dá sua identidade e define o seu "ser social". Mas a sua consciência de uma identidade particular, por importante que seja sob vários aspectos, e não menos politicamente, não reduz a importância da classe como uma parte intrínseca do seu "ser social" – e, diria eu, como uma parte *decisiva* do seu "ser social". É razoável e necessário ver o "ser social" como uma entidade complexa e contraditória na qual muitas identidades diferentes coexistem e por vezes colidem, e quanto mais rigorosamente a análise conseguir separar os indivíduos, mais complexo e variado o "ser social" está fadado a revelar-se. Toda análise social, nesse sentido, e não apenas a análise de classes, tem um caráter inevitavelmente "reducionista". Ainda assim, permanece o fato de que a localização na estrutura social é crucial para se determinar as maneiras pelas quais as pessoas vivenciam a discriminação, a exploração e a opressão. O fato de que as vivenciam como mulheres, negros etc. em nada altera a validade do argumento. As mulheres burguesas, e os negros burgueses, vivenciam efetivamente a discriminação e podem ser oprimidos e explorados de

maneiras variadas. Mas eles vivenciam a discriminação, a opressão e a exploração diferentemente das mulheres proletárias ou dos negros proletários; e uma negra proletária vivenciará como negra, como mulher e como proletária. Isso testemunha o fato de que o "ser social" é na verdade um conjunto múltiplo e complexo de elementos, uma espécie de DNA social. No entanto é a classe que influi e afeta mais profundamente todos os outros elementos.

Já foi dito, entretanto, sobretudo por feministas, mas também por membros de minorias raciais ou étnicas, que falar de dominação de classe e de subordinação de classe, e portanto dividir a sociedade "horizontalmente", é obscurecer ou ocultar por inteiro o fato de que as mulheres, os negros e outros estão sujeitos à discriminação e à opressão, não apenas pelos membros da classe dominante e da burguesia, mas também nas várias formas que o machismo e o racismo assumem na classe trabalhadora e no movimento trabalhista, pelos membros da classe subordinada. Há muita verdade nisso, se bem que existam numerosas formas de opressão, discriminação e exploração disponíveis para os empregadores que não são disponíveis para os trabalhadores. Mas, muito embora não haja dúvida de que o machismo e o racismo devem ser encontrados nas classes subordinadas, eles estão estreitamente relacionados com a natureza da sociedade de classes, e são, nesse sentido, perfeitamente suscetíveis à análise de classes.

A relação do machismo e do racismo com a sociedade de classes pode ser entendida de duas maneiras diferentes: primeiro, grande parte da discriminação que os trabalhadores brancos exercem contra as mulheres e os negros pode ser atribuída ao que se chamaria de motivos econômicos, e deve ser vista como expressão de sua posição na sociedade de classes e de seu desejo de acentuar ou manter a sua posição de barganha em face dos empregadores com relação àquilo que eles vêem como uma ameaça a essa posição. Isso não pretende ser uma justificativa, mas uma explicação. A "clausura social", nessa perspectiva, tem sólidas fontes econômicas e está intimamente relacionada com a competição entre trabalhadores que o capitalismo lhes impõe. Um exemplo do fenômeno que não envolve mulheres ou negros, mas um diferente elenco de protagonistas, é fornecido pela hostilidade que opõe

trabalhadores católicos e protestantes na Irlanda do Norte. É tentador ver essa luta como uma luta "sectária", baseada em motivos puramente religiosos e étnicos. Mas não é "reducionismo" ou uma forma exagerada de "determinismo econômico" afirmar que uma causa básica do antagonismo é a tentativa, por parte dos trabalhadores protestantes, de salvaguardar a sua já precária e até calamitosa situação material contra o que eles tomam por uma ameaça maior de uma minoria ainda mais despojada, ambos os lados distinguindo-se pela religião, tradição, cultura, memórias históricas e queixas mútuas.

Sem dúvida, esse antagonismo economicamente gerado é racionalizado e expresso em termos que estão muito longe de suas raízes econômicas. Esses termos logo adquirem solidez e substância e, portanto, autonomia, tornando-se assim, por si sós, poderosos construtos ideológicos. As pessoas subscvem apaixonadamente esses construtos e acabam por definir grande parte do seu "ser social" nos termos dos construtos. Assim, os trabalhadores protestantes acabam por ver as suas contrapartes católicas não só como competidores mas como portadores de um tipo especial de veneno religioso e como uma ameaça a uma acalentada identidade religiosa e nacional. Eles racionalizam ainda mais os seus preconceitos e temores ao denunciar os trabalhadores católicos como indolentes, ineptos e lerdos. Esse processo é familiar em muitas situações. O fio que liga a posição econômica ao construto ideológico é muito longo e atravessa um terreno muito irregular. Com frequência ele é enterrado profundamente e pode romper-se por inteiro. Mas em relação às manifestações de machismo, racismo etc. da classe trabalhadora a situação de classe não pode razoavelmente deixar de ser levada em conta.

O segundo argumento está estreitamente relacionado com o primeiro, mas difere dele. Pode-se muito bem dizer que existe preconceito, ódio e exclusão mesmo ali onde não haja nenhuma fonte "econômica" plausível que os engendre - por exemplo, no caso da violência dos homens contra as mulheres, exercida tanto pelos homens da classe trabalhadora como pelos burgueses e tanto contra as mulheres burguesas como contra as da classe trabalhadora. Isso é verdadeiro e importante. Mas também aqui não parece

indevidamente "reducionista" afirmar que se trata de expressões patológicas dos profundos "ressentimentos de classe", das alienações múltiplas e das deformações psicológicas que são produzidas pelas sociedades de classes, com todas as crueldades, brutalidades, repressões e traumas por elas gerados. Os homens (e as mulheres) procuram meios que lhes permitam sair de suas atribulações e problemas pessoais e o fazem de maneiras não raro irracionais, doentias ou perversas. A adesão às idéias e aos movimentos fascistas é a manifestação extrema disso no século XX, mas pode-se encontrar muitas outras manifestações individuais e coletivas. A explicação desses fenômenos requer uma cuidadosa exploração do contexto social onde eles ocorrem, dos bloqueios que os produzem e das pressões sociais que segundo equivocadamente se espera, eles resolverão. Em outras palavras, ela requer a análise de classes.

Pensar de outro modo requer que se recorra a explicações que procedem de noções como a de uma "natureza humana" dada, inelutável, que torna os seres humanos as criaturas que eles são e, em última análise, não podem deixar de ser. Requer confiança em alguma maldição primeva que tenha ordenado que a agressão, a dominação e a violência devem ser inscritas na condição humana, ou na condição masculina. Afirmer isso é sucumbir a um irracionalismo perigoso e derrotista que é o inimigo tanto da análise séria como das soluções racionais e humanitárias para os verdadeiros problemas com que se defrontam as populações das sociedades de classes.

Nada disso pretende insinuar que uma proclamação formal da abolição da sociedade de classes, ou mesmo o verdadeiro começo de sua abolição, pode acabar de vez com os processos de discriminação, exploração e opressão que sempre fizeram parte da vida social da sociedade de classes e que adquiriram, portanto, uma força colossal. A erradicação desses males está fadada a ser uma empresa prolongada, mas há todas as razões para se pensar que a criação de uma sociedade sem classes, democrática, igualitária e cooperativa iria atenuar grandemente esses males, num processo cumulativo que levaria finalmente à sua completa erradicação.

Em tal sociedade, nenhum grupo de pessoas teria tamanho controle sobre os meios de produção a ponto de tornar-se uma classe dominante. Esse controle seria investido na própria sociedade por intermédio de mecanismos e instituições capazes de assegurar a administração democrática do poder e de prevenir, justamente por isso, a ressurreição das estruturas de dominação. O que é cultuado na visão marxista da sociedade sem classes, livre de dominação, é a convicção, não de que a realização de tal sociedade é fácil, mas de que ela é possível.

Tampouco a história dos últimos cem anos nos diz que tal visão é ilusória. Pelo contrário, e sem se comprazer em qualquer vã escatologia, ela nos diz, afirmaria eu, que a pressão de baixo para cima, apesar de todos os obstáculos e reveses, desgasta implacavelmente, a partir das condições que a produzem, as estruturas de dominação prevaletentes. É a força imensa e global desse processo que faz que a realização de um mundo livre da dominação e da exploração deixe de ser uma visão e se converta em um projeto.

A análise de classes só poderia tornar-se irrelevante com o advento de uma sociedade sem classes. Há um longo caminho a percorrer antes que isso se torne realidade. Mas é provável que ela se concretize menos lentamente se um número maior de pessoas, em especial na população subordinada, vier a ter uma visão acurada da realidade social e dos conflitos que estão no centro dessa realidade. A análise de classes, melhor do que qualquer outro modo de análise, torna essa compreensão possível.

Referências bibliográficas

- ENGELS, F. Preface. *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. In: MARX, K., ENGELS, F. *Selected Works*. 3.ed. alemã. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1950.
- LIEBMAN, M. Reformism Yesterday and Social Democracy Today. In: MILIBAND, R., SAVILLE, J., LIEBMAN, M., PANITCH, L. (Org.) *The Socialist Register 1985/6*. London: Merlin Press, 1986.
- MARX, K. *Capital*. London: Penguin Books, New Left Review, 1976. v.1.

- MARX, K. *Capital*. London: Penguin Books, New Left Review, 1981, v.3.
- MARX, K., ENGELS, F. *Selected Correspondence*. London: Lawrence and Wishart, 1956.
- _____. *Manifesto of the Communist Party*. In: *Collected Works*. London: Lawrence and Wishart, 1976. v.6.
- MILIBAND, R. *Capitalist Democracy in Britain*. London: Oxford University Press, 1982.
- _____. State Power and Class Interests. *New Left Review*, v.138, 1983.
- _____. State Power and Capitalist Democracy. In: RESNICK, S., WOLFF, R. (Org.) *Rethinking Marxism*. New York: Autonomedia, 1985.
- MILLS, C. W. *The Power Elite*. Oxford: Oxford University Press, 1956.
- WRIGHT, E. O. *Classes*. London: Verso, 1985.

TEORIA CRÍTICA¹

Axel Honneth

Está fazendo meio século que a teoria crítica surgiu sob a direção de um único homem e como a obra de um círculo de intelectuais; mas só quando o movimento estudantil se voltou para os escritos do Instituto para a Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*) é que a teoria crítica foi reconhecida como um projeto teórico unificado. Desde então ela tem ocupado a imaginação intelectual: a pesquisa histórica retrçou a história desse círculo intelectual em torno de Horkheimer desde as suas origens em Frankfurt até a sua divulgação, via França, nos Estados Unidos;² incentivadas pelos desencantados relatos de seus primeiros membros, as análises psicológicas trouxeram à luz as incoerências internas e, na verdade, toda a disparidade do círculo;³ antes de

1 Agradeço a Rolf Wiggerhaus pelos valiosos comentários.

2 Ver, entre outros, Dubiel, 1984; Jay, 1973; Wiggerhaus, 1986. Os seguintes estudos também oferecem análises abrangentes: Bottomore, 1984; Brandt, 1981; Gmünder, 1985; Held, 1980; Jeyer, 1982; Kilminster, 1979; Slater, 1977; Tar, 1977.

3 Os relatos das experiências dos membros do instituto existem sobretudo em forma de entrevistas: ver Habermas (1978) e Löwenthal (1980); um resumo